



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

JULHO DE 2024 - EDIÇÃO 110 - WWW.MEF.GOV.MZ

FOSTERING A SUSTAINABLE, GREEN AND
INCLUSIVE FUTURE, WITH A FOCUS ON
FINANCIAL, ENERGY AND FOOD SECURITY

TDB GROUP 2024 ANNUAL GENERAL MEETINGS

EM FOCO

MINISTRO DA ECONOMIA E FINANÇAS NAS REUNIÕES ANUAIS DO TDB

PÁG. 3

G.P.M
@Gabinete
Primeiro-Mi



DESTAQUE

VICE-MINISTRO DA ECO-
NOMIA E FINANÇAS INSTA
SEGURADORAS A PROMO-
VER UM AMBIENTE MA-
CROECONÓMICO EQUILI-
BRADO

PÁG. 4



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Ministro da Economia e Finanças nas Reuniões Anuais do TDB



O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela participa em Maputo na 40ª Assembleia Geral do Conselho de Governadores do Banco de Comércio e Desenvolvimento da África Oriental e Austral (TDB) e 2ª Assembleia Geral do Conselho de Governadores do Fundo de Comércio e Desenvolvimento (TDF).

Na sessão de abertura do evento, sob o lema, “Promovendo um futuro inclusivo, verde e sustentável, com foco na segurança alimentar, energética e financeira”, o Primeiro-Ministro moçambicano, Adriano Maleiane reafirmou o compromisso que o Governo de Moçambique tem em relação ao desenvolvimento económico e social sustentável dos países da África Oriental e Austral.

É assim que auguramos que os debates em torno dos temas escolhidos para esta Assembleia concorram para a consolidação das acções levadas a cabo pelo grupo TDB, sobretudo no que concerne à segurança financeira, energética e alimentar, contribuindo, desta forma, para a promoção de um

futuro sustentável, verde e inclusivo dos nossos países.

Para o Primeiro-Ministro, o lema escolhido para a presente sessão da Assembleia de Governadores, remete-nos a uma reflexão para busca de soluções conjuntas para ultrapassarmos as adversidades e múltiplos desafios que enfrentamos, com destaque para os impactos das mudanças climáticas, segurança alimentar, acesso limitado ao financiamento, barreiras tarifárias e não tarifárias, assim como limitada diversificação das nossas economias.

Estes e outros factores adversos afectam, de certa forma, as trocas comerciais entre os nossos países e entre estes e o resto do mundo, o que impacta negativamente no processo da nossa integração regional. Em relação a esta matéria, Moçambique defende a necessidade de todos nós termos que agilizar a implementação de acções que concorram para a efectiva operacionalização da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AFCFTA), por esta constituir um dos principais cami-

nhos para dinamizar o comércio intra-regional mais robusto e inclusivo.

No que concerne ao processo de desenvolvimento económico e social, Maleiane assegurou que os países da região têm se ressentido dos efeitos negativos resultantes dos impactos dos eventos climáticos extremos, conflitos geopolíticos na Ucrânia e Palestina, bem como da volatilidade dos preços das commodities no mercado internacional.

No que concerne ao processo de desenvolvimento económico e social, Maleiane assegurou que os países da região têm se ressentido dos efeitos negativos resultantes dos impactos dos eventos climáticos extremos, conflitos geopolíticos na Ucrânia e Palestina, bem como da volatilidade dos preços das commodities no mercado internacional.

No que concerne ao processo de desenvolvimento económico e social, Maleiane assegurou que os países da região têm se ressentido dos efeitos negativos resultantes dos impactos dos eventos climátic-



FOCO

téricos extremos, conflitos geopolíticos na Ucrânia e Palestina, bem como da volatilidade dos preços das commodities no mercado internacional.

Estes factores têm impactado na economia dos nossos países pelo facto de causarem perdas irreparáveis de vidas humanas, destruição de infraestruturas económicas e sociais, redução da produção, aumento do déficit na balança comercial, de entre outros. No caso particular, para fazer face a estes e outros desafios, temos vindo a trabalhar com várias instituições internacionais ligadas ao financiamento do

desenvolvimento, como é o caso do grupo TDB, o que está a nos permitir financiar diversas iniciativas no quadro da transformação e diversificação da nossa economia e, conseqüentemente, a melhoria contínua da qualidade de vida dos moçambicanos, frisou o dirigente.

Em paralelo, o Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela intervindo na ocasião, sublinhou que a escolha e realização do evento em Moçambique é para nós um motivo de imenso orgulho e o reconhecimento do Governo e compromisso com o desenvolvimento económico e a cooperação regional.

Em Moçambique, a parceria com o Banco tem sido vital para impulsionar diversas iniciativas que visam a melhoria da infra-estrutura, o crescimento industrial, e a criação de oportunidades de emprego. Estamos convictos que as reuniões que hoje terão lugar apresentem-se como uma excelente oportunidade para a busca de estratégias inovadoras que beneficiarão a todos os membros do banco. Esperamos, pois, que as deliberações e decisões a serem tomadas impulsionem ainda mais o desenvolvimento sustentável e a prosperidade Africana.



DESTAQUE

Vice-Ministro da Economia e Finanças insta Seguradoras a promover um Ambiente Macroeconómico Equilibrado



A Associação Moçambicana de Seguradoras, realizou no dia 3 de Julho de 2024, em Maputo, a II Conferência Anual de Seguros, sob o lema, “Seguros em Tempo de Mudança”.

Na sessão de abertura do evento, o Vice-ministro da Economia e Finanças, Amílcar Tivane, enalteceu a criação do espaço para um debate mais alargado através da II Conferência por forma a encontrar

soluções que contribuam para assegurar a protecção do consumidor, alinhar e orientar a actividade seguradora com vista a responder aos desafios e oportunidades que o País oferece bem como o aumento da contribuição do sector de seguros no PIB.

Este evento enquadra-se nas directivas do Programa Quinquenal do Governo (2020-2024), cuja Prioridade II é Impulsionar o Crescimento

Económico, a Produtividade e a Geração de Emprego, e o seu Objectivo Estratégico I é promover um Ambiente Macroeconómico Equilibrado e Gestão das Finanças Públicas, anotou.

Para o Governante, o sector segurador tem vindo a crescer consideravelmente nos últimos anos, não apenas só sob ponto de vista de Volume de Negócios, mas também na óptica do número e



e qualidade de operadores do mercado, mas também as seguradoras, microseguradoras resseguradoras, mediadores de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões.

O mercado segurador conta atualmente com 19 seguradoras, 3 microseguradoras, 1 resseguradora, 8 entidades gestoras de fundos de pensões, 158 corretoras e 31 agentes.

Em termos de produção o mercado registou, em 2023, cerca de 21,460.08 mil milhões de meticais, o que representa um crescimento de 2.2%, comparado com o ano de 2022, segundo o inquérito de literacia financeira em Moçambique, realizado pelo Banco de Moçambique e parceiros entre março de 2022 a fevereiro de

2023, cerca de 17% da população tem seguro em Moçambique.

O Vice-Ministro da Economia e Finanças, assegurou que os debates ocorridos no evento resultem em soluções para o fortalecimento da confiança dos consumidores no sector de seguros tendo sublinhado que a *colaboração entre o Governo e a indústria seguradora é crucial para dinamizar a economia moçambicana, tornando-a mais robusta e inclusiva, o Governo tem o compromisso contínuo no desenvolvimento sustentável do mercado segurador, visando garantir a protecção e o bem-estar de todos os seus cidadãos, finalizou.*

A II Conferência destacou tanto os progressos feitos quanto os desafios persistentes no sector de seguros em Moçambique com foco na modernização e inclusão financeira.



Carla Loveira Procede à Abertura da Reunião Nacional de Avaliação dos Instrumentos de Planificação



A Vice-Ministra da Economia e Finanças procedeu ontem à abertura da Reunião Nacional de Avaliação dos Instrumentos de Planificação, que decorre no Município da Matola, província de Maputo.

No seu discurso, a dirigente instou os presentes à responsabilidade acrescida na gestão de Finanças Públicas (FP), como forma de salvaguardar os princípios que norteiam os servidores públicos.

Para Loveira, os choques macroeconómicos e fiscais, internos e externos, a que estamos expostos, tais como, as calamidades naturais, os factores epidemiológicos, o terrorismo em Cabo Delgado, a conjuntura macroeconómica internacional, entre outros, representam fontes de depressão às FP impondo o desafio a cada um de nós na sua esfera de actuação de assegurar o equilíbrio das FF. *Realizamos esta reunião num momento em que a conjuntura macroeconómica actual do nosso país nos*



impõe responsabilidades acrescidas na gestão de FP a todos os níveis, sublinhou.

A fonte garantiu que foi para responder a estes e outros desafios, de curto, médio e longo prazos que se impõe às FF nacional que o Governo iniciou um conjunto de Reformas, com destaque para a Revisão da Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado, aprovada pela Lei nº14/2020, de 23 de Dezembro, respectiva a regulamentação e demais legislação visando assegurar a modernização do Sistema de Administração Financeira do Estado e o fortalecimento das capacidades institucionais, bem como a promoção de boas práticas de transparência e governação.

Neste âmbito, somos todos chamados a envidar esforços para a melhoria da gestão das FP através dos seguintes níveis de actuação, Primeiro, a nível do aprimoramento da implementação do Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO) no e-SISTAFE, através do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO), e demais Subsistemas e respectivos módulos previstos na Lei do SISTAFE, com a principal finalidade de garantir maior eficiência e eficácia no uso e gestão do erário público. Segundo, a nível da coordenação interinstitucional e intersectorial e correcta definição de programas e metas. Terceiro, a nível da consolidação fiscal e sustentabilidade orçamental, referiu.

A Vice-Ministra assegurou que o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2025-2027 apontou que em 2023 o país apresentou um desempenho da receita em 24,9% do PIB, um desempenho da despesa em 33% do PIB, um saldo primário de 0,4% do PIB e um endividamento interno crescente.

Estes indicadores impõem para que a todos os níveis de actuação envidemos esforços para a consolidação fiscal através do alargamento da base tributária e com-

bate à evasão fiscal, bem como a racionalização e sustentabilidade da despesa pública. Outrossim, esta reunião é uma oportunidade para, em conjunto, discutirmos os temas propostos e identificar as melhores alternativas para a total efectividade desta grande reforma, tendo em vista a melhoria da gestão das FP em linha com a melhoria do bem-estar da população.

Cientes dos desafios acima expostos e expectantes do alcance dos propósitos desta reunião, esperamos debates abertos e francos que nos permitam levar a bom porto o processo de programação e orçamentação do PESOE 2025.

Em paralelo, a Secretária de Estado na Província de Maputo, Judith Mussácula referiu que o evento acontece num período em que o Instituto Nacional de Estatística, órgão director do Sistema Estatístico Nacional, divulgou recentemente os resultados do Inquérito Demográfico e de Saúde 2022-2023.

A fonte avançou que os dados em referência devem ser tomados em conta para servirem de suporte à planificação para o desenvolvimento, pois é através de estatísticas sobre a demografia e saúde, consistentes, que conseguimos nos organizar como Governo para desenvolver planos consentâneos com as reais necessidades da População nos vários domínios e com destaque no desenvolvimento do Capital Humano, desenvolvimento de infraestruturas e criação de condições para impulsionar o Crescimento Económico.

Ademais, a dirigente acrescentou que a província de Maputo continua sendo a que regista taxas altas de crescimento da população acima da média de 2,5%, com maior densidade populacional na zona metropolitana, cujo impacto se verifica na grande pressão sobre as infraestruturas económicas e sociais, e na necessidade urgente de afectação de recursos para investimento em projectos que garantam a provisão de mais

bens e serviços a população. É para nós um grande privilégio acolher na nossa Província, eventos com esta dimensão, que visam avaliar e planificar estrategicamente os destinos do País, liderados pelo MEF, cuja vocação é de definir as linhas de orientação para o desenvolvimento da nação moçambicana, no actual modelo de descentralização.

Mussácula garantiu que a reunião vai refletir sobre os progressos alcançados neste quinquénio que tem o condão de ser a primeira experiência do novo modelo de governação descentralizada provincial e de Representação do Estado na Província. Esperamos que a reflexão nos traga um valor acrescentado para projectarmos um desenvolvimento harmonioso da nossa província tendo em conta que nos permitam, enquanto Representação do Estado na Província, consolidar a planificação e monitoria dos programas de desenvolvimento até ao nível do Distrito, Posto Administrativo e Localidade.

Intervindo na ocasião, o Presidente do Conselho Municipal da Matola, saudou a realização da reunião no município que dirige tendo frisado que a escolha do local para hospedar o evento foi assertiva pois, Matola tem um pouco de tudo, é um município organizado, é notório o crescimento e desenvolvimento do município. Apreciamos com muito entusiasmo o papel que o MEF tem na dinamização do processo de planificação que inspira –nos a olhar com mais atenção aos processos de planificação.





Com os Bancos Estado Moçambicano Alcança Acordo Extra Judicial



O Estado moçambicano alcançou recentemente um acordo extrajudicial com três bancos, incluindo o português BCP. A resolução extrajudicial reduz a exposição do Estado moçambicano para 13,9 mil milhões de meticais (220 milhões de dólares), ou seja, um corte de 84% do total da reivindicação dos bancos (e de 66% do capital)". A informação foi avançada pelo Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela.

Falando a imprensa, em Maputo, o Ministro Tonela, explicou que o Governo intentou, em Fevereiro de 2019, junto ao Tribunal de Londres, uma acção cível contra o Credit Suisse, a Equipa de Negociação do Credit Suisse, e o Grupo Prinvest, por acreditar serem estes que propiciaram a emissão ilegal de garantias para o financiamento a três empresas moçambicanas, sendo a ProÍndicus, S.A., EMATUM, S.A. e MAM, S.A., com preterição de formalidades legais essenciais e recurso à corrupção.

O Governante disse ainda que a reivindicação do Estado veio, como foi amplamente divulgado, a ser parcialmente resolvida por acordo mutuamente vantajoso, alcançado em 30 de Setembro de 2023, entre o Estado, o Credit Suisse e demais membros do sindicato bancário que havia financiado a Proindicus, excepto do VTB. Ou seja; o processo prosseguiu entre o Estado; a Prinvest e seu executivo Iskandar Safa (ora falecido); e o VTB.

Entretanto, em Abril de 2020 e Junho de 2020, o BCP intentou uma acção cível, no mesmo Tribunal, contra a MAM e o Estado moçambicano, reclamando o pagamento de montantes que supostamente lhe são devidos ao abrigo da Garantia MAM e danos.

Informou que o VTBC e o VTBE intentaram três acções cíveis naquele mesmo Tribunal, contra o Estado, entre Dezembro de 2019 e Maio de 2020, reivindicando seus supostos créditos ao abrigo dos

Contratos de Empréstimo à Proindicus e à MAM, bem como das respectivas Garantias Proindicus. *Mas todas estas acções cíveis foram consolidadas numa só que passou a correr sob a presidência do mesmo Juiz e cuja proferição da sentença está marcada para o dia 17 de Julho de 2024.*

Enquanto o processo corria seus termos, as partes foram buscando uma solução extra-judicial, através de negociações de que resultou o Acordo mutuamente vantajoso entre o Estado, o BCP, o VTBC e o VTBE, o qual traduz-se na libertação total e mútua de todas as partes ao acordo, das suas reivindicações recíprocas, sobre a matéria objecto do litígio.

O Acordo Extra Judicial obedeceu todas as formalidades legais essenciais para a sua aprovação e eficácia, nomeadamente; o Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral da República; a ratificação pelo Conselho de Ministros, através da Resolução n.º 29/2024, de 20 de



Junho; a aprovação dos termos financeiros do mesmo, pelo Ministro da Economia e Finanças, ao abrigo do n.º 1 do artigo 31, da Lei do SISTAFE, e do n.º 4 do artigo 67, do seu Regulamento; tendo sido objecto da competente fiscalização pelo Tribunal Administrativo.

Moçambique e Itália Assinam Acordo para Financiar Sector Agrário



Em representação dos Governos moçambicano e italiana, o Ministro da Economia e finanças e o Embaixador da República da Itália assinam em Maputo, o Acordo de financiamento do Centro Agroalimentar de Manica, (CAAM).

O instrumento ora assinado, enquadra-se no Programa de Reabilitação Pós-Ciclone Idai e Kenneth e na necessidade de cobertura dos projectos de investimento para o Sector Agrário ao longo do Corredor da Beira.

Na sua intervenção, Max Tonela, destacou que o Governo de Moçambique submeteu ao Governo italiano uma proposta de intervenção para a recuperação, melhoramento e modernização de um Centro Agroalimentar de excelência na Cidade de Chimoio, a fim de dinamizar a economia local, focando-se em serviços de produção, selecção, transformação e comercialização. A solicitação do Governo

visava igualmente, a promoção de novas tecnologias e a inclusão de laboratórios para testagem e certificação da qualidade dos alimentos.

O objetivo da proposta é desenvolver o sector de horticultura da Província de Manica, criando um Centro Agroalimentar modelo e promovendo uma governança participativa com a inclusão activa de todos os actores locais. Este momento simboliza a consolidação dos nossos longos e históricos laços de amizade e cooperação. Como sabeis, a Itália e Moçambique são países amigos que, ao longo dos últimos anos, vem reforçando cada vez mais os laços de amizade e cooperação. Neste âmbito, importa destacar a inclusão de Moçambique entre os países piloto do Plano Mattei para África como um grande exemplo desta crescente cooperação.

O titular da economia e finanças

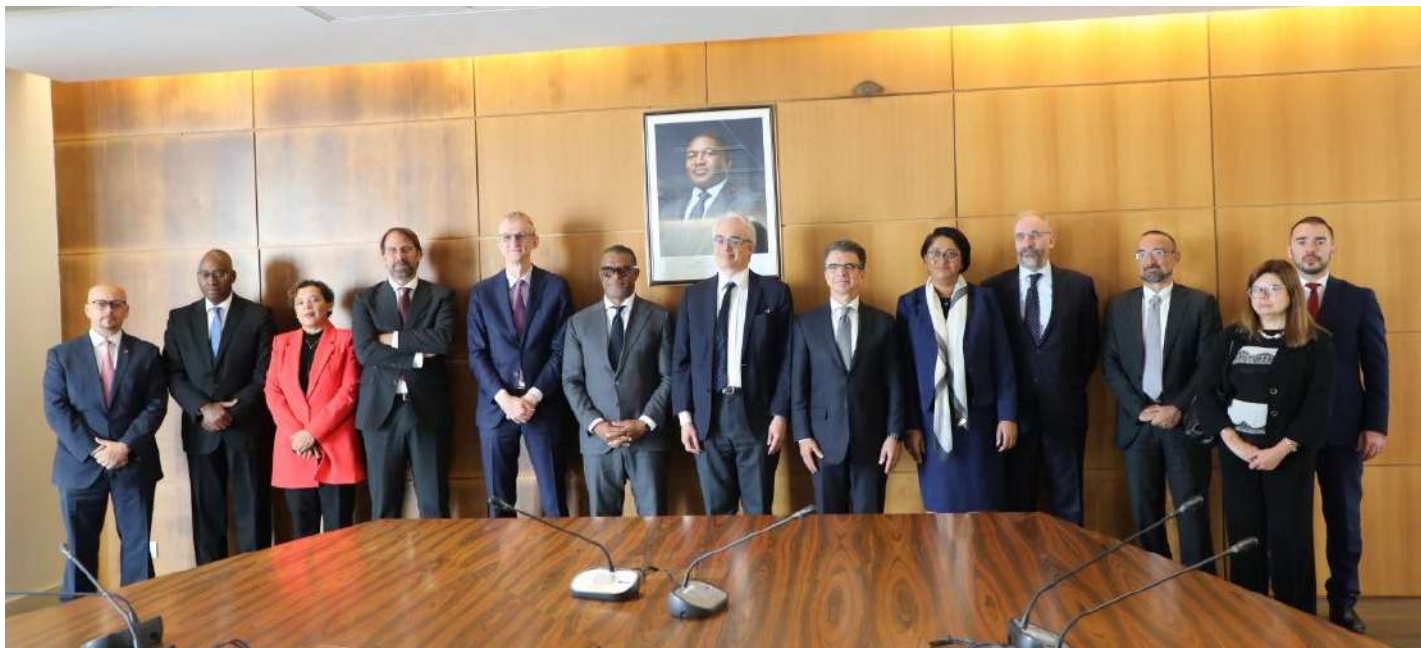
informou que no ano passado, durante sua visita a Maputo, a Primeira-Ministra italiana Giorgia Meloni anunciou a inclusão do nosso país no Plano Mattei para África, com o CAAM como o primeiro projecto escolhido. Também garantiu que a cooperação neste Plano foi igualmente discutida em Janeiro entre o Presidente Nyusi e a Primeira-Ministra na Cimeira Itália-África realizada em Roma.





O Programa que assinamos hoje, de mais de 2,5 mil milhões de meticais, evidencia a amizade entre os países e o compromisso do governo italiano com a agricultura em Moçambique, especialmente no Corredor da Beira. Temos convicção que o CAAM irá promover cadeias de abastecimento agrícola justas e inclusivas, valorizando o papel das mulheres, adoptando tecnologias verdes sustentáveis e estimular a economia circular, com estudos técnicos que irão aprimorar estes aspectos. Desejamos sucesso na implementação do projecto e longa vida à cooperação entre os nossos países.

O Diretor-geral da Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Stefano Gatti, recordou que a Agricultura e a Segurança Alimentar são um dos pilares fundamentais do Plano Mattei. O CAAM desempenhará um papel crucial no desenvolvimento e na transformação do sistema agroalimentar do país, permitindo aumentar a resiliência dos agricultores e das comunidades da província de Manica a fenómenos extremos, como observamos recentemente com o ciclone Idai, frisou.



Na Província de Maputo Gestores e Técnicos do MEF Avaliam Instrumentos de Planificação e Orçamentação



Arrancou na Província de Maputo, Bairro de Tchumene, a Reunião Nacional de Avaliação dos Instrumentos de Planificação e Orçamentação.

O encontro de cinco dias, junta gestores e técnicos do Ministério da Economia e Finanças (MEF) que dentre outros aspectos, vão analisar os instrumentos de planificação com objectivos de orientar e harmonizar o processo de Planificação, Orçamentação, Monitoria e Avaliação, assegurando uma abordagem metodológica comum, no âmbito da Planificação e Orçamentação integrada, orientada para resultados.



Também far-se-á a consolidação do plano de acção da reforma do Subsistema de Planificação e Orçamentação, a harmonização da proposta do Guião Único de Orientações Metodológicas para a Elaboração do PESOE 2025, apreciação da proposta de Carteira de Programas, a consolidação da abordagem de Assuntos Transversais com destaque para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Género, Mudanças Climáticas, Redução de Riscos de Desastres e Segurança Alimentar, Nutricional e Deficiência para a programação de 2025 entre outros.

Espera-se que o evento consolide o Plano de acção do Subsistema de Planificação e Orçamento e harmonize o Guião de orientações metodológicas para a elaboração do PESOE de 2025.

Dirigindo-se aos participantes, o Secretário Permanente (SP) do MEF, Domingos Lambo, saudou a realização da reunião técnica em preparação da Reunião Nacional de Planificação, num momento em que, segundo o SP, o MEF é chamado a redobrar os esforços por forma a melhorar cada vez mais a sua prestação face às lamentações que a sociedade tem levantado.

É preponderante que se tenha consciência de que a nossa instituição tem a responsabilidade de responder às inquietações que têm estado a ser levantadas pela sociedade. Outrossim, estando num momento de transição do ciclo governativo, é necessário harmonizar os instrumentos importantes envolvidos e assegurar uma transição pacífica em todas as esferas de modo a evitar retrocessos no processo de desenvolvimento.

O SP apançou que as Finanças Públicas estão em constante evolução, sendo necessário aperfeiçoar os instrumentos de gestão com vista a atingir o ponto desejado.

Por seu turno, o Director Nacional de Planificação e Orçamento, Kopre Munapeia assegurou que o cenário global e doméstico está em constante evolução e transformação, tal que o sucesso como servidores públicos e planificadores das acções e intervenções do Estado, passa pela capacidade de antecipar eventos, adaptação e constante inovação dentro do horizonte temporal, alinhando e realinhando os principais instrumentos de planificação e gestão

macroeconómica.

Assim, dentro das suas atribuições, de entre elas, a da concepção de políticas e estratégias públicas de desenvolvimento orientadas para o crescimento da economia nacional, de reformas estruturais e de desenvolvimento económico inclusivo, bem como da sua execução e da avaliação da implementação, o MEF tem levado a cabo, anualmente, um momento de planificação e reflexão sobre os instrumentos de planificação e gestão orçamental, este é mais um momento para o efeito, frisou.

A reunião contou com a participação de Directores das Unidades Orgânicas do MEF, Directores Provinciais de Planificação e de nível central, Representantes do Estado na Província e Órgãos de Governação Descentralizada Provinciais, Chefes de Departamento do Plano e Orçamento de nível central e provincial e Parceiros de Cooperação.





Em Maputo MEF Celebra a União num Almoço de Confraternização

O funcionário do MEF é um ser social, aufero o mesmo salário que todos os outros que estão em vários sectores do aparelho do Estado

- Domingos Lambo



No passado dia 13 de Julho, o Ministério da Economia e Finanças (MEF), reuniu-se para um almoço de confraternização denominado Família Economia e Finanças, Confraternização, Paz e Harmonia. Foi uma tarde repleta de alegria, sorrisos e abraços, onde os funcionários do pelouro celebraram o espírito de complementaridade e grupo que fazem da instituição um lugar de união e comprometimento pelo trabalho.

O evento foi muito mais do que um simples almoço, serviu igualmente como um momento de festa cheia de actividades emocionantes e momentos especiais, como dança, passatempos, entrega de troféu, medalhas de consagração e diplomas de honra aos funcionários recentemente desligados do Aparelho do Estado, em jeito de reconhecimento pela contribuição exce-

pcional para o sucesso da instituição. Na ocasião, era notório o envolvimento de todos os presentes numa atmosfera de pura celebração ao reverem colegas e amigos de diferentes sectores e províncias que compõem a família finanças.

No seu discurso, dirigindo-se aos presentes, o Secretário Permanente do MEF, Domingos Lambo, por dar ao Cesar o que é de Cesar destacando neste caso, o papel crucial do Núcleo de Coordenação da Organização do evento tendo frisado que o mesmo representa dezenas de funcionários que se engajaram de corpo e alma, noite e dia nos preparativos e na gestão do evento.

Alguns compõem o protocolo que aqui cuida de nós, outros estão nos bastidores Trabalhando para que tudo saia perfeito. Chegou o

almejado por todos. O momento de confraternizar. Digo almejado por todos, porque testemunhamos em várias ocasiões anteriores o entusiasmo e a alegria, a desconcentração, a simpatia que se esconde na seriedade da responsabilidade profissional do funcionário do MEF, no sentido lacto. Não fosse a maldita Covid 19 e os impactos económicos e financeiros que gerou nas nossas vidas, quero crer que de 2019 até hoje teríamos feito mais realizações.

Outrossim, Lambo, lembrou aos mais novos que o movimento é genuíno dos funcionários do MEF e é de longa data e cabe aos funcionários do MEF preservá-lo e fazer crescer. O objectivo desta confraternização e de criar um momento de descontração dos funcionários, de promoção da



identidade do funcionário do MEF, da irmandade e de bom relacionamento entre nós, estreitamento e reforço da interação e de troca de experiência num ambiente informal, o que contribuirá para uma melhor interação institucional entre as diferentes intuições que corporizam a família MEF.

Ademais, o SP informou que a festa resulta das contribuições dos próprios funcionários, de patrocínios de empresas, individualidades e organizações mobilizadas pelos funcionários do MEF. *A sua concretização resultou na movimentação de eventos desportivos e na organização da feira económica multisectorial realizados no pretérito fim de semana e na realização desta festa. Agradecemos todas as entidades empresariais e pessoas individuais e organizações que se envolveram neste movimento apoiando-nos. Nota de destaque vai aos nossos colegas das províncias que mesmo sabendo que não estariam presentes no evento mobilizaram apoios e contribuíram de várias formas.*

Para Domingos Lambo, o funcionário do MEF é um ser social que vive na comunidade, nos diferentes bairros deste Moçambique. *Aufere o mesmo salário que todos os outros que estão em vários sectores do aparelho do Estado e, portanto, enfrenta em silêncio, as mesmas dificuldades que todas as outras pessoas e funcionários enfrentam. A única diferença é que o silêncio que nos caracteriza, está depositado sob nossa responsabilidade um sistema vital de funcionamento do Estado que é o Sistafe. Esta plataforma funciona como se fosse um sistema de circulação sanguínea do corpo humano. Um deficiente funcionamento do sistema de circulação sanguínea põe em causa a saúde e a vida de todo o corpo. Então, nós somos visto assim no Sistafe, concluiu o SP.*



MEF Acolhe Feira Multisectorial



Decorreu recentemente no Parque de Estacionamento do Mercado do Peixe, em Maputo, uma feira que englobou serviços de saúde, produtos agrícolas, desporto, emissão de passaportes e Número Único de Identificação Tributária (NUIT).

O evento sob o lema Família Economia e Finanças, Confraternização, Paz e Harmonia, surge no âmbito do convívio anual e troca de experiências entre os funcionários desta instituição.

Nós Somos MEF, o MEF Somos Nós, assim dirigiu-se aos presentes, o Secretário Permanente (SP) do Ministério da Economia e Finanças, Domingos Lambo, frisando a relevância do encontro, tendo afirmado na



ocasião que vamos promover neste local a harmonia e diversão pois, esta foi a melhor forma que o ministério encontrou para proporcionar aos seus funcionários, neste caso, a família Economia e Finanças, momentos de troca de impressões e convívio. Temos aqui colegas de quase todas as Instituições Tuteladas pelo Ministro da Economia e Finanças, então, façamos deste momento único para falarmos daquilo que são os nossos desafios nos nossos locais de trabalho, talvez, saíamos daqui com algumas soluções. Então colegas, conversem bastante, divirtam-se imensamente e que o dia de hoje possa ficar nas nossas memórias, ressaltou o SP acrescentado que hoje é um dia de fraternidade para a família MEF, vamos fortalecer os nossos laços de amizade e de profissionalismo.

As actividades foram acompanhadas pelas equipas da Phisical, Academia de Dança- “o Picardo” e da Sou Fitness respectivamente, e incluíam exercícios físico-desportivos e de lazer, nomeadamente, sessões de ginástica aeróbica, zumba ao ritmo da música e dança orientada.

Em paralelo, nas tendas disponíveis no local, decorria a emissão de

Passaporte, Bilhete de Identidade, NUIT e a feira de produtos agrícolas, bem como gastronomia e artesanato. Na feira agrícola, os trabalhos foram intercalados por aconselhamento nutricional em relação aos cuidados alimentares para garantir uma boa qualidade de vida. Os feirantes tiveram oportunidade de adquirir produtos de artesanato e degustar diversas iguarias como petiscos variados, sumos, cocktails, doces e salgados.

Entre alongamentos pós-actividades físicas também houve espaço para a socialização entre os funcionários e diversos participantes.

Na sessão de encerramento, Domingos Lambo saudou a parti-

cipação massiva dos funcionários tendo sublinhado que a adesão à feira foi positiva, é satisfatório ver a entrega dos colegas aos comandos dos monitores que estão a liderar as actividades desportivas, também foi possível ver alguns colegas nas tendas para a emissão de alguns documentos, é caso para dizer que valeu a pena, por isso, aproveitem descansar esta tarde e amanhã porque na segunda-feira, voltamos ao nosso ofício.

De referir que estes eventos são realizados anualmente, e contam com a participação de todos os funcionários do Ministério da Economia e Finanças, Instituições Tuteladas e público no geral.





Na Conferência sobre Parcerias Público-Privadas Ângelo Nhalidade diz que Défice de Infra- estruturas Limita a Diversificação da Econo- mia Nacional



O Director Nacional Adjunto de Políticas Económicas e Desenvolvimento afixou, citando as constatações dos diagnósticos sobre o Crescimento económico de Moçambique, que o défice de infraestruturas (via de comunicação, energia, ordenamento territorial) está a limitar a diversificação da economia em Moçambique, sobretudo no sector agrário e rural, limitando a rendibilidade do investimento privado.

Por outro lado, aliado a fraca qualificação da mão-de-obra e da coordenação entre vários actores públicos e a não responsabilização, este factor prejudica o ambiente de negócios assim como o funcionamento quotidiano das empresas.

Foi tendo em conta estes e outros

desafios que o Governo aprovou e submeteu à Assembleia da República a proposta da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), um instrumento orientador de todos outros instrumentos de planificação e orçamento do País, que tem de entre outros Pilares, o de Transformação Social e Demográfica e o de Infraestruturas e Ordenamento Territorial.

Relativamente aos Projectos de Grande Dimensão (PGD) a fonte disse que no nosso País os mesmos já existiam desde há muito tempo mas, eles começaram a ser trazidos na legislação em 2011 com a aprovação da Lei 15/2011 de 10 de Agosto, e de acordo com esta Lei os PGD são vistos tendo em conta o montante investido, o empreendimento de investimento

autorizado ou contratado pelo Governo, cujo valor exceda, com referência à data de 1 de Janeiro de 2009, a quantia de 12,5 mil milhões de MT.

Nhalidade falava em Maputo, durante a “Primeira Conferência Sobre Parcerias Público-Privadas (PPP)”, organizada pela revista *Business Legal* que decorreu sob o tema “Promovendo Investimentos para Transformação Económica” com objectivo de estimular investimentos no modelo Parceria Público-Privadas para transformação económica.

O Director falou da trajectória da economia nacional tendo sublinhado que Moçambique registou um crescimento económico considerável de 2012 a 2015. No entanto, a partir de 2017 a econo-



mia começou a desacelerar, tendo tido um crescimento negativo em 2020 (-1.2%) devido a choques climáticos associados também a questões da pandemia da covid 19. Desde então, a economia tem estado a recuperar tendo apresentado um crescimento de 5.0% em 2023.

Para Nhalidade, a Lei 15/2011 foi regulamentada através do Decreto 16/2012 de 4 de Junho e conforme o regulamento as Parcerias Público-Privadas (PPP's) ou Concessões Empresariais podem também ser consideradas como PGD quando atingem efectivamente o montante estabelecido *neste caso, o valor de investimento que excede os 12,5 mil milhões de MT*. Em Mocimboa do Ocidente temos PGD na área Mineira, Hidrocarbonetos, Metalúrgica, Ferro-portuária, Energia e Estradas. Apesar dos PGD contribuírem para o crescimento da economia, por serem de capital intensivo, empregam pouca mão-de-obra e a mesma deve ser qualificada, não respondendo às necessidades do país em termos de emprego, principalmente nas zonas onde estes PGD são desenvolvidos.

O evento juntou participantes do Sector Privado, entidades governamentais, instituições públicas e financeiras nacionais e internacionais, agências de desenvolvimento, visando promover investimentos para transformação económica.



Moçambique na Cimeira sobre IDF



À convite do Banco Mundial, o Ministério da Economia e Finanças participou de dois eventos referentes ao financiamento do risco climático, sendo o primeiro sobre a Cimeira de Fórum de Desenvolvimento de Seguros (IDF) e o segundo sobre o Programa Executivo sobre Financiamento do Risco Climático e de Desastres (FRCC).

Subordinada ao tema "Prevenir, Proteger, Provocar" decorreu de 11 a 12 de Junho na cidade de Londres o IDF e reuniu a comunidade de seguros e de financiamento do risco climático e de desastres. A cimeira tinha como objectivos compreender e gerir os riscos, reforçando o papel dos seguros para ajudar as institui-

ções, as empresas e as comunidades a gerir melhor os riscos, Promover a resiliência e a segurança, destacando a forma como os seguros contribuem para a resiliência financeira global, protegendo vidas, meios de subsistência e activos e Partilhar conhecimentos e melhores práticas.

Durante a cimeira foram abordados vários temas com destaque para a reforma do sistema financeiro internacional e o papel dos seguros; a incerteza global e riscos futuros, a mobilização dos investimentos do sector dos seguros em infra-estruturas resistentes nas economias em desenvolvimento e emergentes, a protecção financeira dos bens públicos e as alte-



Em paralelo, num evento promovido pelo Banco Mundial em parceria com a Universidade de Oxford, realizou-se na Universidade de Oxford entre os dias 13 a 14 de Junho, e tinha como objectivos reforçar a capacidade operacional dos funcionários do governo para conceber e implementar as suas próprias estratégias de financiamento do risco de desastres. O programa proporcionou aos funcionários públicos um entendimento para melhor avaliar os seus passivos contingentes relacionados com os choques climáticos e outras crises, foi também dado inputs para melhor tomada de decisões políticas em torno das prioridades de protecção e identificar soluções financeiras adequadas e em conformidade com essas prioridades e finalmente falou-se de alavancar os mercados financeiros para financiar e segurar os riscos climáticos e partilhar experiências com outros países em matérias de risco climático e de desastres.

Durante a formação foram abordados vários temas com destaque para a introdução aos instrumentos financeiros, tendo se abordado uma visão geral interactiva dos diferentes tipos de instrumentos. O objetivo desta sessão foi de ajudar os governos a compreender os diferentes instrumentos financeiros que podem ser acedidos em função da sua apetência pelo risco.

Moçambique no Fórum Global sobre “Understanding Risk – UR24” em Himeji - Japão

Uma delegação moçambicana composta por membros do Grupo Técnico do Governo (*Taskforce*) que lida com matérias associadas ao Financiamento do Risco de

alterações climáticas.

A cimeira abordou o papel fundamental dos seguros no reforço da resiliência e da segurança dos indivíduos, das empresas e das comunidades a nível mundial.

No período que antecedeu a Cimeira, o IDF acolheu também um dia dedicado ao conhecimento, organizando conjuntamente com o Grupo do Banco Mundial, para representantes governamentais de alto nível de países de baixo e médio rendimentos, clientes do Banco Mundial. O objectivo era reforçar a compreensão dos países sobre o papel dos seguros e preparar o caminho para um maior envolvimento com o sector dos seguros e as suas capacidades. Nesta sessão, vários Países partilharam as suas experiências sobre matérias de protecção financeira contra desastres e Moçambique também partilhou sobre a implementação do seguro paramétrico contra ciclones tropicais, seus desafios e lições aprendidas.

Alterações climáticas e ecologização dos sistemas financeiros; Colaboração com o sector privado, melhores práticas e lições aprendidas, aprofundamento dos mercados de seguros contra os riscos de desastres, boas práticas de mercado e ensinamentos retirados de projectos entre outros.

Desastre (DRF), no âmbito do Programa de Gestão de Riscos de Desastres que o País está a implementar desde 2019 participou de 17 a 21 de Junho em Himeji, no



O Fórum “Understanding Risk” (UR) é uma iniciativa bienal da Global Facility for Disaster Risk Reduction (GFDRR), parte do Grupo Banco Mundial, criada em 2010. No presente ano de 2024, o evento tinha vários objectivos com vista a melhorar a gestão do risco de desastres e a resiliência. O destaque vai para a partilha de conhecimentos e a colaboração entre especialistas, decisores políticos, e representantes comunitários, promoção do desenvolvimento de soluções inovadoras para a avaliação de riscos e comunicação e o reforço da capacitação dos países através de workshops e formações.

Os fóruns UR são particularmente significativos para Moçambique, um país que enfrenta frequentes desastres naturais, como ciclones, inundações e secas, por permitir que o país aprenda com as melhores práticas internacionais, desenvolver parcerias estratégicas e melhorar as suas políticas e capacidades de resposta a desastres, fortalecendo assim a resiliência das suas comunidades e infraestruturas.

O evento enalteceu o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências para reduzir as vulnerabilidades e destacou a relevância

Abordou também o impacto das alterações climáticas e a importância dos dados e análises na tomada de decisões. Incentivou a criação de parcerias para avançar na agenda global de resiliência a desastres.

A reunião congregou especialistas e profissionais interessados em matérias de riscos de desastres, desde representantes de agências governamentais, organizações multilaterais, sector privado, organizações não-governamentais, instituições de pesquisa, universidades, organizações comunitárias e sociedade civil.

Durante o evento foram abordados vários temas, com destaque para o Intercâmbio Mundial de Conhecimentos sobre o Financiamento do Risco de Catástrofes para Infra-estruturas Resilientes, ultrapassar os constrangimentos financeiros tirando partido de mecanismos financeiros novos e adaptados, abordagens inovadoras para a criação de sistemas de proteção social adaptáveis para a redução do risco de catástrofes entre outros.

No final, as principais mensagens ou recomendações do fórum sublinham a necessidade de uma abordagem integrada, inovadora e colaborativa para melhorar a resiliência global a desastres e que podem se resumir em reforçar a integração da ciência de dados através da adopção de novas tecnologias, como satélites de baixo custo e inteligência artificial, para melhorar a colecta e análise de dados de riscos, facilitando decisões informadas e a implementação de medidas de mitigação mais eficazes, o uso de tecnologias de ponta para obtenção de dados e informações de lugares remotos ou de difícil acesso, desenvolver e implementar estratégias de adaptação para construir comunidades e infraestruturas resilientes às alterações climáticas, a recente revisão pontual da Estatuto orgânico do MEF, com a criação do Gabinete de Financiamento Climático, seria uma oportunidade para a coordenação integrada no alinhamento entre a informação domiciliada na plataforma agregada de dados e o processo de planificação e orçamentação, permitindo a compreensão dos riscos de desastres, o fortalecimento da gestão de risco, o investimento na redução do risco de desastres para a resiliência e a resposta efectiva no quadro do “Build Back Better”, entre outros.



Gaza em Seminário sobre Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo



O Comité Executivo de Coordenação (CEC), organizou através do Serviço Provincial da Economia e Finanças de Gaza (SPEFG), um seminário sobre Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa e Divulgação do processo da Lista Cinzenta na Província de Gaza.

O evento de dois dias tinha como objectivos a disseminação da Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa, divulgação do processo da Lista Cinzenta, divulgação da Avaliação de risco do Financiamento do Terrorismo, divulgação da estratégia do Financiamento do Terrorismo e a divulgação das Leis 14/2023 de 28 de Agosto e Lei 15/2023 de 28 de Agosto.

Na sua intervenção no seminário, a Directora do SPEFG, Rossana Baulane, apelou a todos os

presentes, a máxima colaboração como pessoas, funcionários, instituições e como cidadãos moçambicanos, a ter o conhecimento mais aprofundado sobre o processo de sensibilização na Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa.

Prosseguindo, Baulane, deixou claro que Moçambique tem dado passos cruciais para a remoção do País da Lista Cinzenta, tendo como foco a não aplicação de contramedidas, trabalho árduo com diversas instituições do Estado ligadas à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, de forma a combater os crimes desta natureza.

A sensibilização na província de Gaza é fundamental, para informar as diferentes instituições sobre os riscos, dos resultados alcançados e da implementação das leis 3 e 4/2024 de 22 de Março, anotou.

No discurso de encerramento, a Directora reafirmou a importância da partilha da informação dada pelo CEC, ressaltando que a preocupação não deve cingir-se apenas à saída do País da Lista Cinzenta, como também, a tomada de medidas para que não volte a constar na lista, garantindo a sustentabilidade de boas práticas. Apelou igualmente à cooperatividade, e a comunicação para melhorar o processo de coordenação.

Para terminar, salientou ser importante ter o domínio dos indicadores que mostram a situação actual de tarefas que cada Instituição tem no combate ao Branqueamento de Capitais.

A capacitação contou com a presença de Instituições Provinciais tais como o Tribunal Judicial, Procuradoria, Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), Autoridade Tributária (AT), Unidade de Gestão de Gemas e Metais Preciosos (UGPK), Bancos,



Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), Seguradoras e a Sociedade Civil.



Em Nampula

Técnicos do MEF Acompanham Cerimónias Centrais do Dia Mundial da População



O Posto Administrativo de Natikiri, localidade de Yeye, Cidade de Nampula, acolheu as cerimónias Centrais do dia 11 de Julho, Dia Mundial da População, sob o lema “Acesso ao Planeamento Familiar para o Alcance do Dividendo Demográfico”.

O Ministério da Economia e Finanças, na qualidade de organizador do evento, participou na efeméride sobre a liderança do mandatário do Governo para dirigir as cerimónias, o Ministro da Saúde Armindo Tiago.

Na sua intervenção, Tiago disse

que a nível global, o dia Mundial da População é celebrado anualmente no dia 11 de Julho de cada ano.

Recordou igualmente que a data foi estabelecida pelas Nações Unidas em 1989, como reconhecimento da importância da planifi-



“A população é o recurso mais precioso do planeta terra, cada indivíduo, com suas habilidades, conhecimentos, experiências, sonhos e aspirações, contribui para o desenvolvimento da sociedade e para a materialização do bem-estar social”.

De acordo com o Ministro, o termo Dividendo Demográfico, pode não ser de fácil compreensão para todos os segmentos da sociedade. *Aliás, algumas vezes, pode ser mal interpretado. Ela refere-se aos ganhos económicos que podem surgir ou advir quando a proporção da população em idade activa aumenta em relação à população dependente, como crianças e idosos. Uma estrutura etária com estas características, isto é, com predominância de população em idade activa, oferece uma janela de oportunidade para acelerar o crescimento económico e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.*

O dirigente afirmou que a população moçambicana tem estado a crescer a um ritmo acelerado. *As Projeções do Instituto Nacional de Estatística indicam que em 2024, o País tem cerca de 33 milhões de habitantes e, em 2050, se o ritmo de crescimento se mantiver, chegaremos a cerca de 60 milhões de habitantes. Isto é, nos próximos 25 anos, poderemos duplicar a população do País.*

Antes das cerimónias oficiais, o titular da Saúde acompanhado pelo Governador de Nampula Manuel Rodrigues, fez a entrega de enxovais às crianças nascidas naquela data. Na ocasião o Governador falou da necessidade de se tomar medidas estruturadas e coordenadas na educação de jovens e adolescentes para adiar o início de relações sexuais para mais tarde e se concentrar na sua educação.

Também testemunhou-se a entrega de kits colectivos de auto-emprego para 10 Associações Juvenis nos distritos de Muecate, Meconta,

Larde, Lalaua, Moma, Mogincual, Eráti, Murrupula, Liúpo e Mecuburi, uma acção inserida nas medidas activas de promoção de criação do emprego no seio da Juventude.

Os kits são entregues no âmbito do programa Meu Kit, Meu Emprego, da iniciativa da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego e implementado pelo Instituto Nacional de Emprego tendo sido alocados cerca de 200 jovens associados das áreas de Serralharia Civil, Mercenária, Carpintaria, Agricultura, Avicultura e Pesca e Material Desportivo.

Por seu turno, o Governador da Província de Nampula, Manuel Rodrigues Alberto falando momentos após o acto, instou aos beneficiários a criarem postos de trabalho de modo a ajudar outros Jovens que necessitam de emprego por forma a contribuir para o desenvolvimento de negócios e cultivar o espírito de empreendedorismo, isso é fundamental.

O Grupo TDB realizou a sua Assembleia Geral Anual (AGM) de 2024 em Moçambique





Comunicado de Imprensa:

Media contacts:

Trade and Development Bank Group

Anne-Marie Iskandar
Senior Communications Officer
Corporate Affairs and Investor Relations
Anne-Marie.Iskandar@tdbgroup.org

Ministério da Economia e Finanças

Alfredo Mutombene
Director de Comunicação e Imagem
alfredomutombene@gmail.com
+258 827 593 110

NÓS SOMOS O MEF



Durante os trabalhos da Assembleia Geral Anual, S.E. Ernesto Max Elias Tonela, Ministro da Economia e Finanças da República de Moçambique, foi eleito como novo Presidente do Conselho de Governadores do Grupo TDB.

Reafirmando o compromisso do Banco com o país e a região, Admassu Tadesse, Presidente e Director-Geral do Grupo TDB, disse que "Moçambique está estrategicamente localizado e ajuda a facilitar a competitividade e a conectividade de outros estados membros na sub-região", citando a localização única do país no Oceano Índico.

Apresentando um relatório sobre o desempenho do Grupo TDB, Tadesse disse que, apesar do ambiente macro e político global desafiador, o Grupo, com as suas diferentes subsidiárias e unidades estratégicas de negócios - Trade and Development Banking, TDB Asset Management, empresa de gestão de fundos ESATAL, TDB

- A AGM foi hospedada pelo Ministério da Economia e Finanças do Governo de Moçambique, sob o tema "Fomentando um futuro sustentável, verde e inclusivo, com foco na segurança financeira, energética e alimentar".
- O Grupo TDB registou um desempenho excepcional.
- O Grupo TDB intensificou colaboração global e regional, com parcerias com o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e outros, na âmbito da finança ambiental.
- Financiamento RSE concedido a projecto para a instalação de um sistema solar de bombeamento de água para irrigação de campos agrícolas e consumo de gado em Salane.
- Financiamento RSE concedido a projecto para a instalação de um sistema solar de bombeamento de água para irrigação de campos agrícolas e consumo de gado em Salane.

Maputo, 2 de agosto de 2024 – A Assembleia Geral Anual de 2024 do Grupo do Banco de Comércio e Desenvolvimento da África Oriental e Austral (Grupo TDB) abriu em Maputo, Moçambique, a 30 de julho de 2024, sob os auspícios de S.E. Adriano Afonso Maleiane, Primeiro-Ministro da República de Moçambique, com fortes apelos à colaboração entre as instituições financeiras de desenvolvimento em África na prossecução dos objectivos económicos e do desenvolvimento do continente.

Captive Insurance, o Trade and Development Fund e a TDB Academy - conseguiu registar melhorias significativas em relação aos anos anteriores e alcançar marcos históricos. "Estamos muito satisfeitos por informar que os nossos activos totais durante este período conseguiram crescer 21% em termos anuais, ultrapassando a marca dos 10 mil milhões de dólares pela primeira vez em 39 anos. Do mesmo modo, os nossos fundos próprios totais, incluindo as reservas, aumentaram de forma robusta em 13% para 2,2 mil milhões de dólares e, em resultado disso, o nosso lucro líquido também cresceu 11% para um nível histórico de 230 milhões de dólares, gerando um retorno atrativo sobre os fundos próprios de 11% para os accionistas."

O Banco manteve também a boa qualidade dos seus activos, com um nível de crédito malparado de 3,6% e um nível de adequação dos fundos próprios de 35%. A carteira

manteve-se resiliente, principalmente devido a estratégias proactivas de gestão da carteira e a práticas sólidas de gestão do risco em vigor. As agências de notação de crédito, como a Moody's e a GCR, confirmaram a notação de risco de investimento do Banco. "As agências de crédito salientaram a nossa forte capitalização e a utilização dinâmica de instrumentos de reforço do crédito e de redução do risco. Também tiveram em conta a nossa forte governação e gestão do risco, o nosso histórico e as nossas fontes de financiamento diversificadas, incluindo as reservas de liquidez de muito alta qualidade que provaram ser muito valiosas nestes tempos complexos", observou.

Tadesse expressou satisfação com o sucesso do grupo em garantir várias instalações ligadas à sustentabilidade com parceiros estratégicos durante 2023. Além disso, o grupo acessou os merca-



mercados de empréstimos sindicalizados quando os mercados de capitais foram fechados, conseguindo atrair US \$ 2.3 bilhões em financiamento do lado da dívida do balanço patrimonial. "Temos também o prazer de informar que, mesmo nestas condições adversas, os accionistas do Grupo TDB continuam a demonstrar a sua confiança na instituição, com muitos a recapitalizarem os seus dividendos, como têm vindo a fazer há muitos anos, atingindo um nível recorde no ano em análise", afirmou.

Numa mensagem gravada, o Dr. Akinwumi A. Adesina, Presidente do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, elogiou o Grupo TDB pelo seu impressionante progresso sob a liderança de Admassu Tadesse, que viu o Grupo ganhar vários prémios e apoios, incluindo o prémio de banqueiro africano de 2024 nos prestigiados African Banker Awards. "Aplaudo os esforços do Grupo para ajudar a colmatar as graves lacunas no acesso ao financiamento do comércio nas economias menos desenvolvidas de África", afirmou.

Adesina sublinhou a importância de manter o foco no mandato principal do Grupo TDB de colmatar as lacunas no financiamento do comércio em África e de continuar a inovar para obter um impacto transformador. Adesina garantiu ao Grupo TDB o apoio contínuo do Banco Africano de Desenvolvimento, destacando a sua parceria estratégica na aceleração dos objectivos de desenvolvimento de África.

A Dra. Victoria Kwakwa, vice-presidente da África Oriental e Austral do Grupo Banco Mundial, enfatizou a apreciação e a dedicação do Banco Mundial à sua forte parceria com o Grupo TDB, que começou em 2020 através de um instrumento especial de US \$ 415 milhões focado em energia renovável e soluções off-grid. A Dr. Kwakwa observou também que o

Banco Mundial expandiu seus esforços com um apoio adicional de US \$ 300 milhões para investimentos no setor privado, em projetos de energia renovável distribuída e acesso a combustíveis de cozinha limpos, nos países membros do TDB. Além disso, a Agência Multilateral de Garantia do Investimento estabeleceu uma parceria com a TDB através de instrumentos de garantia para apoiar a expansão do financiamento do comércio. "Os instrumentos conjuntos da IDA e da MIGA para o Grupo TDB estão perto de 1,5 mil milhões de dólares e incluem uma nova cooperação com o Fundo de Comércio e Desenvolvimento", salientou Kwakwa.

S.E. Albert Muchanga, Comissário da União Africana para o Comércio e a Indústria, apelou aos governos africanos para que reforçassem o seu apoio às instituições financeiras de desenvolvimento africanas, salientando o impacto do Grupo TDB no desenvolvimento. "Apelamos a todos os Estados-Membros para dedicar parte das suas reservas de divisas às instituições financeiras africanas, a fim de reforçar a sua base financeira para nos poderem ser transferidas", afirmou.

Ao proferir o discurso de abertura, S. Exa. o Dr. Adriano Afonso Maleiane, Primeiro-Ministro da República de Moçambique, sublinhou a importância dos esforços do Grupo TDB na abordagem de questões críticas como as finanças, a energia, a segurança alimentar e as alterações climáticas, salientando a colaboração com instituições multilaterais africanas como o Grupo TDB para financiar iniciativas transformadoras, particularmente nos sectores da agricultura e da energia. Apelou a uma colaboração contínua e a soluções inovadoras para acelerar o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Maleiane incentivou o investimento na educação, na formação técnica e no empreendedorismo para

preparar os jovens para os desafios futuros e manifestou otimismo quanto à obtenção de crescimento económico com o apoio do Grupo TDB e de outros parceiros.

Maleiane também elogiou o papel instrumental do Grupo TDB no financiamento de projectos-chave em vários sectores da economia moçambicana, incluindo agricultura, infra-estruturas, energia, transportes e logística. "Reconhecemos os esforços feitos pelo grupo TDB e outros parceiros na prestação de apoio e assistência aos nossos países e na garantia de um desenvolvimento socioeconómico contínuo que tem impacto na vida dos cidadãos", observou no seu discurso durante a cerimónia de abertura.

S.E. Tonela acrescentou que "o Grupo TDB tem feito isso através de investimentos em tecnologias agrícolas modernas e práticas sustentáveis. Isto contribuiu para melhorar a produtividade e a resistência às alterações climáticas", afirmou.

Como tem vindo a ser habitual na AGM, o Grupo doou um subsídio a um projeto merecedor, no âmbito das suas actividades de responsabilidade social empresarial. Este ano, o Grupo TDB tem a honra de apoiar o "Projecto de instalação de um sistema solar de bombagem de água para irrigação de campos agrícolas e abeberamento de gado em Salane", no distrito de Mapai, Província de Gaza, através do Fundo de Energia do FUNAE, com um subsídio de 100.000 dólares à Associação Lhuvukane Varime ni Vafuyi Macandazulo-Salane.

Esta iniciativa aborda alguns desafios críticos enfrentados pela comunidade devido às alterações climáticas, incluindo a natureza sazonal da sua fonte de água primária e os elevados custos e impacto ambiental das bombas de água a gasóleo.

Ao fornecer uma bomba de água solar, tanques de armazenamento



Comentando sobre as actividades do Grupo, Joy Ntare, Vice-Presidente e Directora-Geral Adjunta do Grupo, acrescentou que, em todas as actividades do Grupo, "em todos os projectos que o Grupo subscreve, certificamo-nos de que o impacto de cada projeto no desenvolvimento é compreendido, nomeadamente em termos das pessoas que toca e dos postos de trabalho que cria, e de que as questões relativas à governação e ao impacto ambiental e social são abordadas".

SOBRE O GRUPO TDB

Estabelecido em 1985, o Banco de Comércio e Desenvolvimento da África Oriental e Austral (TDB) é um grupo financeiro de desenvolvimento regional africano que possui grau de investimento, com o mandato de financiar e promover o comércio, a integração económica regional e o desenvolvimento sustentável. Dispondo de uma base de activos de 10 mil milhões de USD, o Grupo TDB conta com 25 Estados membros africanos, que, juntamente com países membros não regionais e investidores institucionais de africanos, europeus e asiáticos, formam a comunidade de accionistas do TDB.

O Grupo TDB tem várias subsidiárias e unidades de negócio estratégicas, incluindo a Banca de Comércio e Desenvolvimento, a TDB Asset Management (TAM), o Trade and Development Fund (TDF), a TDB Captive Insurance Company (TCI), a ESATAL fund management company e TDB Academy.

www.tdbgroup.org





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

COMUNICADO DE IMPRENSA Nº 10/PGR/GCI/012.3/2024

**TRIBUNAL DE LONDRES PROFERE SENTENÇA NA ACÇÃO
CÍVEL QUE O ESTADO MOVE CONTRA A PRIVINVEST E
OUTROS**



1. Em 2019, o Estado Moçambicano, devidamente representado pela Procuradoria-Geral da Republica, intentou uma acção cível, no Tribunal de Justiça da Inglaterra e País de Gales, contra vários réus, com destaque para 5 empresas do Grupo Privinvest e seu patrono, Sr. Iskandar Safa (falecido em janeiro de 2024).
2. No processo em alusão, o Estado moçambicano visava buscar uma compensação pelas perdas que sofreu na sequência das Garantias emitidas ilegalmente pelo ex-Ministro das Finanças, Manuel Chang, em conexão com os empréstimos à Proindicus, EMATUM e MAM.

Av: Vladimir Lenini, n.121 Tel: (+258) 2130 3303/4/3, Fax. (+258) 21 304297; website: pgr.gov.mz;
email: pgr@pgr.gov.mz- Maputo



MINISTÉRIO
PÚBLICO





3. Volvidos cinco anos, o Meritíssimo Senhor Juiz Robin Knowls proferiu, hoje, 29 de Julho de 2024, em Londres, a sentença, dando provimento às reivindicações do Estado moçambicano, tendo o Tribunal de Justiça de Londres considerado que o Grupo Privinvest, agindo através de Iskandar Safa e Jean Boustani, pagou, pelo menos 7 milhões de dólares em subornos, ao ex-Ministro das Finanças, Manuel Chang, para induzi-lo a executar as Garantias.
4. A Procuradoria-Geral da República comunica que o Grupo Privinvest foi julgado culpado e condenado a pagar, ao Estado moçambicano, aproximadamente, US\$ 1,9 mil milhões mais juros. Este valor traduz os montantes que o Estado já pagou ao abrigo das Garantias, incluindo capital, juros e taxas; dos Eurobonds, após a assumpção da EMATUM; bem como dos acordos de transacção que a República alcançou, inicialmente com o Crédito Suisse e outros bancos e instituições financeiras e, mais recentemente, com o VTBC e BCP.
5. Os US\$ 1,9 mil milhões traduzem, igualmente, os montantes que o Estado deve, ainda, pagar, em conexão com os Eurobonds e ao acordo de transacção celebrado com o VTBC.
6. O Grupo foi condenado, ainda, a pagar juros a serem quantificados, avaliados, estimativamente, em milhões de dólares americanos.
7. O Estado prossegue com diligências visando a obtenção do reembolso de todas as despesas judiciais que incorreu com o processo (custas judiciais).
8. A Procuradoria-Geral da República continuará, no âmbito das suas competências constitucionais e legais, a trabalhar com os demais actores da sociedade, dentro e fora do país, para erradicar a corrupção e toda criminalidade organizada e transnacional, responsabilizando os envolvidos.

Maputo, 29 de Julho de 2024

Av. Vladimir Lenini, n.121 Tel: (+258) 2130 330/43, Fax: (+258) 21 304297; website: pgr.gov.mz;

email: pgr@pgr.gov.mz - Maputo



MINISTÉRIO
PÚBLICO

FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel
Lucrécia Nhabomba
BOOST MEDIA, S.A

Redacção

Lucrécia Nhabomba
Luís Tobela
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Sofrinho

Fotografia

Emílio Fuel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Nelsa (C. Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARP), Ussene Bay (Gaza), Naftal (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mef.gov.mz